

## ONDE ESTÃO OS HOMENS LIVRES?

## ¿DÓNDE ESTÁN LOS HOMBRES LIBRES?

## WHERE ARE THE FREE MEN?

Máuri de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** Para o marxismo é fundamental e indispensável começar pelo concreto. Pensar a educação burguesa ou a escola capitalista como vetor hegemonicamente voltado à afirmação da teoria e da prática revolucionárias é pensar de forma infantil a política maior de um país. Ao utilizarmos o marxismo na educação para superar os estreitos limites da educação formal burguesa é preciso trabalhar segundo os interesses da classe operária, fatora da libertação de toda a sociedade. É a revolução e não a crítica o fundamento da transformação social e da reforma pedagógica. *Reforma ou Revolução!*

**Palavras- Chave:** Classe operária, educação, reforma, revolução.

**Resumen:** Para el marxismo es fundamental e indispensable comenzar por lo concreto. Pensar la educación burguesa o la escuela capitalista como vector hegemónicamente direccionado a la afirmación de la teoría y de las prácticas revolucionarias es pensar de forma infantil la política mayor de un país. Al utilizar el marxismo en la educación para superar los estrechos límites de la educación formal burguesa es necesario trabajar según los intereses de la clase obrera, partidaria de la liberación de toda la sociedad. Es la revolución y no la crítica el fundamento de la transformación social y de la reforma pedagógica. *¿Reforma o Revolución!*

**Palabras Clave:** Clase obrera, educación, reforma, revolución.

**Abstract:** According to the Marxist Theory, it's fundamental and indispensable to begin with the concrete category. Considering the bourgeois education or the capitalist school as a hegemonic vector aiming at the assertion of the revolutionary theory and practice turns a country's policies naive. By using Marxism in education to overcome the narrow limits of bourgeois formal education, it is necessary to work according to the interests of a working-class, which is responsible for the society's freedom. The foundation for a social transformation and a pedagogic reform is revolution instead of criticism. Reform or Revolution!

**Keywords:** Working-class, education, reform, revolution.

### *Intróito*

Para além do recorte e da análise multifacetada sobre a relação educação, classes sociais e revolução enquanto *fenômenos* históricos socialmente determinados, sobre os quais nos debruçamos é fundamental e indispensável começar pelo concreto. Na tradição marxista, o concreto é concreto à medida que

é a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade da multiplicidade. Por isso, surge para o pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e conseqüentemente também o ponto de partida de percepção e da representação. (MARX, 1983, p. 218)

Neste sentido, pensar a educação burguesa ou a escola capitalista como vetor hegemonicamente voltado à afirmação da teoria e da prática revolucionárias é pensar de forma infantil a política maior de um país, vez que

[...] toda a classe nova que toma o lugar daquela que antes dela dominava, é obrigada, para realizar os seus fins, a apresentar os seus interesses, como sendo o interesse coletivo (sic!) de todos os membros da sociedade, ou seja, é obrigada a exprimi-lo idealmente, a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade, a apresentá-los como os únicos racionais e universalmente válidos. (MARX, 1990, p. 93)

Logo, a burguesia, enquanto classe dominante,

[...] determina uma época histórica em toda a sua extensão, [e] é evidente que a determina em todos os seus aspectos, e que, portanto, domina, entre outras coisas, enquanto conjunto de seres pensantes, enquanto produtores de pensamentos, que fixam a produção e a distribuição do pensamento do seu tempo, e, por conseguinte, os seus pensamentos são os pensamentos dominantes da época. (Idem, ibidem)

Parece escapar aos educadores, mesmo os que se dizem de esquerda, um pequeno detalhe apontado por Marx:

Quanto menos cada um comer, beber, comprar livros, for ao teatro ou ao baile, ao bar<sup>2</sup>, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar, etc., tanto mais poupará, tanto maior será seu tesouro, que nem a traça e a ferrugem roerão, o seu capital. Quanto menos cada um for, quanto menos cada um expressar a sua vida, tanto mais terá, tanto maior será a sua vida alienada e maior será a poupança da sua vida alienada. (MARX, 1989, p. 201)

Ao utilizarmos o marxismo na educação para superar os estreitos limites da educação formal burguesa é preciso trabalhar, por exemplo, como conteúdo:

- (1) O papel histórico da classe operária como criador da sociedade socialista.
- (2) A classe operária como fator principal à abolição da miséria, da exploração e da extorsão do homem pelo homem e das humilhações postas e impostas pela classe dominante.
- (3) O processo de libertação da classe operária como fatora da libertação de toda a sociedade.
- (4) A necessidade da demolição derrubada da sociedade capitalista, das suas instituições estatais e das organizações não-governamentais financiadas pela iniciativa privada via Banco Mundial para arrefecer a luta de classes.

A ausência de *radicalidade*, esta compreendida como rigor acadêmico, faz com que os críticos de Marx não percebam as contradições sociais iminentes e em andamento na sociedade brasileira. Enquanto educador nossa tarefa deve ser essencialmente crítica radical. Portanto, não podemos assumir compromisso que nos calem a voz quando devemos falar, cantar, gritar, não podemos depor as armas antes de usá-las.

A *radicalidade* analítica nos faz compreender como necessária e exequível a socialização dos meios e instrumentos de produção, como da própria produção, distribuição e consumo; e a erradicação da propriedade privada como ponto de partida à socialização plena da própria educação. Ser radical significa apanhar as coisas e os fatos sociais pelas raízes; ir à raiz das coisas e dos fatos. Portanto, nada menos dogmático do que aquele que procura a raiz do pensamento e das causas do próprio pensamento, pois, como diria Marx, “a raiz do homem é o homem”.

Educar é formar a consciência crítica da totalidade ou consciência de classe que vai além da aparência, derruba máscaras e ilusões pagando o preço da crítica, da luta, da transgressão, da desobediência rumo à revolução. Não se pode permanecer *ad aeternum* na ilusão pequeno burguesa onde a intervenção da educação é o suficiente para reparar os erros e contradições econômicas da cidade do capital e seus inerentes desvãos. É preciso reconhecer os limites históricos e políticos da educação.

### ***Sobre as classes sociais***

Não é falso afirmar que não coube a Marx o mérito de ter descoberto a existência das classes sociais e da luta de classe contra classe. Marx nada inventou, não criou, mas tão somente tomou por base de sua elaboração as teorias dos pensadores burgueses. Isto é o que ele próprio diz:

Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses já tinham exposto a evolução histórica dessa luta de classes e alguns economistas burgueses à anatomia destas. O que eu trouxe de novo foi demonstrar que: a) a existência das classes se encontra sempre ligada a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção; b) a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; c) esta mesma ditadura não é em si mais do que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes. (MARX, 1966, t. II, p. 456)

No entanto, classe social tem sido utilizada como mera “categoria discursiva” à medida que não são considerados os elementos em que repousa, por exemplo, o *capital* que sem o *trabalho* não é nada. Contudo, os intelectuais “progressistas” da educação física continuam na ilusão “de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo”. (MARX, 1983, p. 218)

Ao reelaborar o conceito de classe social, Marx põe por terra a noção abstrata de sociedade que, como se pode denotar, é um simples conjunto / aglomerado / reunião de indivíduos isolados, traduzida como *multidão*. Numa rápida observação, a dissociação sociedade e economia política é um erro lamentável, imperdoável, vez que a sociedade “é uma abstração à medida que se despreza, por exemplo, as classes de que se compõem”. (MARX, 1983)

Para evitar o jogo de palavras entre a realidade e o lugar comum, é necessário, também para evitar todo tipo de dificuldade no uso e estudo do conceito, determinar especificamente aquilo que entendemos precisamente neste âmbito. (STUCKA, 1968)

Fugindo ao subterfúgio das ciências manipuladas pelos intelectuais orgânicos da burguesia, por sociedade entendo, preliminarmente, um *grupo* mais ou menos extenso de *homens* e *mulheres*, que mantêm relações recíprocas, ou melhor, uma determinada esfera das próprias relações mútuas em que entram estes homens e mulheres. (STUCKA, 1968, p. 26)

Assim sendo, na base da essência do *Homo sapiens* está o desenvolvimento da sociedade, apenas determinado por fatores objetivos ou transformações do modo de produção da existência. É daqui que iria resultar a seguinte conclusão: a existência de grandes grupos sociais em conformidade com sua posição no modo de produção material. A sociologia, ciência social forjada por Auguste Comte, já tinha

determinado a existência desses grupos, embora os pré-comteanos tomassem essencialmente como fulcro de suas ilações o homem isolado. (KOVALHOV, 1975)

Certamente a melhor e mais completa definição de classes sociais nos foi legada por Lenin, lavrada da seguinte forma:

Grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As *classes* são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social. (LENIN, t. 3, 1977. p. 150)

Lenin destaca quatro características fundamentais da classe social: em primeiro lugar, a posição num sistema historicamente determinado de produção social (material e intelectual); em segundo lugar, a relação com os meios de produção; em terceiro lugar, o papel na organização social do trabalho; em quarto lugar, o modo de obtenção e as proporções do rendimento peculiares à cada classe social, individual e coletivamente. Essas quatro características são representativas incontornáveis das classes sociais numa sociedade movida por forças antagônicas.

Segundo Poulantzas, “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais, determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica”. (POULANTZAS, 1978, p. 13)

Nesta seara há três critérios de limitação de classe: o econômico, o ideológico e o político. Que quer isto dizer? Que na tradição marxista as classes sociais não existem *a priori* isoladas da luta de classes, elas “abrangem as práticas sociais – a luta de classes – e só podem ser colocadas em sua oposição”. (Idem, *ibidem*)

É fácil denotar que na cidade do capital a diferença fulcral entre as duas classes sociais fundamentais pode ser observada no modo como cada uma dessas classes se relaciona com os meios de produção. Neste sentido, a posição de determinada classe na sociedade burguesa é dependente do papel de cada uma no processo de produção social e de onde extrai seus rendimentos e salários que, no final de contas dependem das relações com os meios de produção.

Convém observar que numa cidade edificada sobre a divisão entre classes socialmente determinadas, uma das classes tem em suas mãos os meios de produção, enquanto as outras ou, simplesmente, a outra é dona apenas de sua força de trabalho, fato este que possibilita sua exploração pelos proprietários privados dos meios e instrumentos de produção.

Historicamente, a propriedade privada sobre os meios de produção está indissolivelmente ligada com as relações sociais de dominação e submissão da minoria pela minoria, por isto, há ênfase em afirmar que nenhuma verdadeira reforma da sociedade, em se mantida a propriedade privada, poderá libertá-la dessas relações. Nesta quadra, contrariamente à apologia dos reformistas de todos os matizes, a exploração, extorsão e submissão da classe operária a ditadura do capital, só poderão ser erradicadas a partir da liquidação da propriedade privada dos meios de produção.

A luta de classe contra classe é abandonada e a crença na salvação da humanidade e/ou da sua sociedade pela *conciliação* das classes é posta como a mais nova forma de messianismo, isto é, a pregação da salvação da sociedade, em clara decomposição, pela entronização de um indivíduo, um grupo de orientação “blanquista” ou, simplesmente, uma ideologia.

Entretanto, ainda hoje permanece cada vez mais claro o papel social das diferentes classes na organização social da cidade do capital. Nesta cidade a classe que dispõe dos meios de produção, enquanto força social hegemônica organiza e dirige com Mão de ferro o processo de produção, enquanto que a classe desprovida de meios de produção, dona apenas de sua força de trabalho, criando diuturnamente os bens materiais que atendem às demandas da classe dominante, está afastada de uma possível posse dessa produção.

Os críticos burgueses têm pela frente dois discursos que se juntam em um só: no primeiro caso, justificam que a condição da burguesia (a classe social que se apropria da produção de outrem) como classe social dominante seria uma decorrência de ser constituída por pessoas talentosas, dotadas de uma condição intelectual superior e que ocupam as posições chaves graças às suas notáveis e reconhecidas capacidades administrativas; no segundo discurso, reafirmam a cosmovisão da burguesia, negando o papel histórico e decisivo na transformação da sociedade implementada pela classe operária, não aceitam a filosofia como arma teórica do pólo negativo da contradição dialética, seu elemento destruidor: o proletariado.

Aqui e alhures essas ilações soam distantes da realidade objetiva, na qual o “ter” capitalista se exerce sobre o “ser” trabalhador. A afirmação do “ser” trabalhador implica, necessariamente, a negação do “ter” capitalista, por isto, para Marx a classe operária um dia haveria de colocar no lugar da velha sociedade capitalista um tipo de organização social que excluía as classes sociais e seu antagonismo; não haveria mais *poder* político tal como é entendido nas sociedades classistas.

Permanece o confronto idiopático entre as teorias e os métodos. Neste sentido, na melhor das suspeitas considera-se a existência de lacunas nas teorias e nos métodos, jamais localizando o fulcro das lacunas explicativas e da antinomia entre as visões de mundo (teorias e métodos) na base material da sociedade ou no modo de produção.

Não é de hoje que os intelectuais burgueses utilizam como critério fundamental da dominação burguesa e, logicamente da repartição das riquezas não a propriedade privada como causa essencial da diferença entre os rendimentos das diferentes classes sociais, preferindo considerar como causa fundante dessas classes as diferenças profissionais, o *modus vivendi et faciendi*, a educação etc..

O engodo sociológico. Com essas diferenças, secundárias, os intelectuais apenas afirmam que na cidade do capital desapareceram as classes e com elas, obviamente, a luta de classes e o antagonismo social. Neste sentido, o *modus vivendi*, mas não o *faciendi*, do operário e do capitalista pode ser igual, à medida que ambos dão preferência aos mesmos fatos (portadores que são da mesma ideologia), vêem os mesmos programas de televisão e são adeptos do mesmo time de futebol, ou seja, a cultura como máscara do domínio da minoria sobre os meios de produção.

O engodo sociológico é uma clara apologia do primado do capital sobre o trabalho, ele está direcionado ainda para esconder a exploração de uma classe por outra, e mascarar a luta de classes na cidade do capital que não se trata de uma mera e fortuita luta seres humanos cujo labor prático e teórico podem se completar. Querem mascarar ainda a luta entre concepções de mundo como reflexo dos interesses antagônicos das classes sociais historicamente determinadas.

Além do mais procuram ofuscar a indissociável relação entre teoria e prática, apontada por Marx na sua famosa Tese XI à Feuerbach: *Os filósofos não fizeram outra coisa senão interpretar o mundo de diversas maneiras. Esqueceram que se trata de transformá-lo.*

Tanto as manifestações intelectuais de Marx e Engels, como os escritos de Lenin, estão encimadas em experiências práticas e em pressupostos verificáveis por via empírica. A prática social inclui, necessariamente, a luta de classe contra classe e a luta entre as Nações, a produção científica, tanto no campo teórico, quanto no campo prático, a criação artística etc.

Procuram também eliminar a conexão inelutável do marxismo com toda herança cultural anterior, com outras palavras, fruto da síntese das múltiplas determinações, a obra marxista é considerada como produto do que de melhor no campo intelectual a humanidade tinha produzido.

Para tanto, camuflam que o marxismo nasceu, cresceu e amadureceu no confronto com as mais diversas manifestações do pensamento, correntes, tendências e concepções de mundo. Buscam a todo custo ocultar que o nascedouro do marxismo intrinsecamente revolucionário é a luta da classe operária. A ela se vincula e a ela responde com um humanismo de tipo novo montado contra a superstição, os mitos, a narcotização das diversas seitas religiosas, a liberdade abstrata, a fuga tragicômica da realidade, o diversionismo das práticas esportivas, as perspectivas anárquicas etc.

### ***Adeus às ilusões!***

Para além da mera especulação das correntes “novidadeiras”, é de fundamental importância compreender que se a educação oficial está direcionada à reprodução ou à construção de outra sociedade o que seria ou como seria outra educação?

A educação nesta sociedade tem uma dupla função: (i) processo de adaptação e adequação às relações sociais realmente existentes, assegurando aos filhos e filhas da classe dominante manter os privilégios de sua classe - e “adaptação” dos filhos e filhas do proletariado que a ela têm acesso às condições de exploração da sua existência; ou (ii) instrumento na luta contra a opressão a serviço das jovens gerações de proletários e trabalhadores assalariados. Não há terceiro caminho, via ou possibilidade.

Corolário: no primeiro caso a educação esta posta como manifestação e arma ideológica da dominação burguesa; no segundo, concebendo a realidade de modo concreto é expressão, elemento e arma da relação que derruba e transforma a ordem capitalista em socialista pelo trabalho coletivo do proletariado e aliados; no terceiro caso é puro devaneio, quimera banal!

Todavia, as idéias hegemônicas na educação brasileira são as idéias clássicas do capitalismo em andamento nesta sociedade. Na verdade, permanece a clássica tese na qual a classe que tem a sua

disposição os meios de produção material, dispõe também, por esse motivo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas às idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.

O conjunto dessas idéias, grosso modo, tem por propósito (i) advertir os homens e mulheres trabalhadoras que não devem ultrapassar o horizonte burguês; e (ii) perpetuar a ilusão histórica na qual o homem burguês tem para os operários uma importância tamanha que eles *não conseguem conceber nenhuma situação social na qual o homem deixe de ser burguês*. Ironizando, eles são como certos intelectuais que fazem apologia do socialismo e do comunismo, mas não saberiam viver sem o capitalismo.

Mas o que realmente ensina a educação brasileira? Certamente ensina o respeito pelas regras estabelecidas a partir da dominação de classe, regras que compõem a maior parcela do conteúdo dos diversos *curricula* escolares. Quem fez e quem faz os *curricula*, para quem, contra quem e estribado em que?

Obviamente em disciplinas, para disciplinar! Sintomaticamente, a escola burguesa ensina preferencialmente o saber dar ordens, ou seja, saber falar aos operários para intimidá-los ou iludi-los, em suma, para os enrolar.

Com raras exceções, tornados guardiães ideológicos do capitalismo, não conseguem escapar à “impregnação” da ideologia dominante com a qual cumprem a contento suas tarefas, seja como quadros auxiliando na exploração e na extorsão, seja como sumos sacerdotes ou funcionários da ideologia dominante, fazendo ilações e “exegeses” sobre questões adjetivas, subjetivas e secundárias, como se elas fossem de relevância capital. Na verdade, tomam o acidental pelo essencial, desconhecem a ordem e desrespeitam a hierarquia que deviam estabelecer entre os problemas.

Privados da perspectiva de totalidade confundem o relativo com o absoluto, o contingente com o necessário, e situando sua reflexão - relação entre o pensamento e o ser - no plano da imanência e não da transcendência, como viajantes extraviados ignorando o mapa da região, se perdem nos estreitos limites do particular e do contingente.

Quais são as posições que um marxista deve defender na escola capitalista? Não se pode negar que ao contrário dos acólitos do “livre” mercado, proclamados acima da luta de classes, historicamente conformistas e conformados, coadjuvam a política de corte *neoliberal* que destrói o sistema de educação pública, os professores marxistas têm na economia política a ciência revelada como ciência da riqueza e da renúncia, do gasto conspícuo e da privação absurda. O ideal dessa ciência, como escreve Marx, “é o escravo *asceta*, mas produtivo. O seu ideal moral é o *trabalhador* que leva parte do salário à caixa econômica. O trabalhador deve apenas ter o que lhe é necessário para querer viver e deve querer viver unicamente para isso ter”. (MARX, 1989, p. 210-211)

Reafirmando a unidade teórica, não transformamos questões sociais em questões específicas inerentes à educação; não fragmentamos a realidade em “mônadas” incomunicáveis - economia, política, cultura, etc. - e nem camuflamos o papel da educação na manutenção das desigualdades sociais.

Lutar para reconstruir a educação é lutar para destituir a burguesia da sua posição de mando, restringindo ao limite suas prerrogativas e/ou liberdades. Por isto, insistimos, é a revolução e não a crítica o fundamento da transformação social e da reforma pedagógica. *Reforma ou Revolução!*

No entanto, o messianismo apologético de uma possível educação socialista a hegemonizar-se nesta sociedade, representa, em primeiro lugar, uma mistificação sobre a construção do novo homem a partir da escola burguesa; e, em segundo lugar, ignora que mesmo que fosse possível desenvolver uma escola socialista, *à la* “Falanstério” ou “Icária”, a educação nela efetuada não afetaria os fundamentos da sociedade capitalista que diz questionar, só criaria mais ilusões.

Romper os estreitos limites da educação burguesa significa trabalhar os seguintes pontos como conteúdo da educação:

- (I) A necessidade da derrubada da sociedade capitalista em sua etapa *imperialista* das suas instituições estatais e das instituições não-governamentais financiadas pela iniciativa privada e/ou pelo Banco Mundial para arrefecer a luta de classes;
- (II) A classe operária como fator principal de abolição da miséria, da exploração e da extorsão do homem pelo homem e das humilhações postas e impostas pela classe dominante;
- (III) O processo de libertação da classe operária como fator da libertação de toda a sociedade;
- (IV) O papel histórico da classe operária como criador da sociedade socialista. Aqui discordo da tese que afirma a classe operária como “ontologicamente” conservadora;
- (V) A revolução como fator único da derrubada não só da classe dominante, mas também da sociedade de classes;
- (VI) O marxismo como teoria revolucionária da moderna revolução.

### ***Sobre o revisionismo***

Por incríveis reveses da história, que se acreditava caminhar apenas para frente, sem retroceder jamais, hoje a consolidação do capitalismo moderno, mais selvagem ainda, coincide com a ressurreição do *revisionismo*, fiel escudeiro do *oportunismo*. Enquanto corrente antimarxista e anticomunista o *revisionismo* se alimenta da ideologia *neoliberal* que lhe prepara e abre novos caminhos.

Não é casual que a vida de Lenin tenha sido uma conseqüente e intransigente luta contra três ervas daninhas do século, o *revisionismo*, o *oportunismo* e o *dogmatismo*. Medrando e tomando corpo no seio dos movimentos operário e comunista. No transcurso de sua obra literária Lenin desnuda a essência do *revisionismo*, suas bases econômicas, ideológicas e sociais, seus fundamentos filosóficos políticos, suas fontes gnosiológicas, demonstrando, *pari passu* seu caráter internacional e as formas sob as quais se manifestava pela Europa.

Lenin pôs em evidencia tudo o que era nocivo e nefário no revisionismo aos movimentos operários e comunistas. Em *Quem muito corre logo para*, ele afirma: “O revisionismo ou a ‘revisão’ do marxismo é hoje uma das principais manifestações, senão a principal influência burguesa sobre o proletariado e a corrupção burguesa dos proletários”. (LENIN, 1984, t. 25, p. 187)

A gênese do *revisionismo* parece ter ocorrido no último quartel do século XIX, como já disse anteriormente, imediatamente após a morte de Engels, quando a luta contra o marxismo, especialmente contra sua *anima revolucionária*, assumiu a forma de ‘retoques’, ‘adições’ e ‘acoplagens’ à teoria elaborada por Marx e Engels.

Lenin comentava que o nascimento do *revisionismo* não era fortuito e nem casual, mas devido à contrafação imanente à dinâmica contraditória do modo de produção capitalista. A rigor, a inevitabilidade do trânsito livre do *revisionismo* no seio do proletariado era devido a forte e constante afluência da intelectualidade pequeno-burguesa, portadora de concepções pequeno-burguesas, nas vastas filas do movimento proletário e do movimento comunista.

Uma das condições da infiltração das ervas daninhas – *revisionismo*, *oportunismo* e *dogmatismo* – no movimento operário é a situação privilegiada de um setor ou camada da classe operária, conhecida como “*aristocracia operária*”, a quem a burguesia local outorga parte de seus lucros extorquidos da parte do *tempo de trabalho excedente* e não pago à força de trabalho.

Essa “*aristocracia operária*”, como enfatiza Lenin era composta por operários, “objetivamente subornados pela burguesia (melhores salários, cargos honoríficos, etc.) e que ajudam a burguesia do seu país a saquear e oprimir os povos menos desenvolvidos e débeis e a lutar *pele* repartido do botim capitalista”. (LENIN, t. 31, 1985, p. 181)

Lenin observa ainda que o *revisionismo* é a continuação da luta da burguesia contra os ideais revolucionários do proletariado encimados no marxismo. Na verdade, “a dialética da história é tal que o triunfo teórico do marxismo obriga a seus inimigos a *disfarçar-se* de marxistas. O liberalismo, podre por dentro, intenta reavivar-se sob a forma de *oportunismo* socialista”. (LENIN, t. 23, 1984, p. 3)

Os *revisionistas* egressos das fileiras do marxismo-leninismo, do trotskismo e do maoísmo, se lançam hoje, mundo a fora, na luta contra Marx, Engels e Lenin, assumindo a defesa mitigada de um capitalismo com feições humanas, “humanizado”. Na verdade, são portadores de uma histórica, crassa e imperdoável ignorância. De maneira bisonha, expõem as suas idéias ‘novidadeiras’ que havia sido Bernstein quem afirmara que o marxismo não servia mais para a análise adequada da sociedade, mesmo porque, a esperança na derrubada do capitalismo pelo proletariado era apenas uma pueril ilusão.

Contra os *revisionistas* do século XX, Lenin fez a seguinte refutação:

Qualquer pessoa que conheça um pouco de literatura filosófica deve saber que seria difícil encontrar hoje um professor de filosofia (ou de teologia) que não se ocupe, abertamente ou por procedimentos oblíquos, em refutar o materialismo. Proclamaram-se centenas de milhares de vezes que o materialismo tinha sido refutado, e continua-se a refutá-lo pela centésima primeira, ou até pela milésima primeira vez. Os nossos *revisionistas* mais não fazem do que refutar o materialismo (...) colocando-se no ponto de vista do positivismo ‘moderno’ e ‘contemporâneo’, das ciências da natureza, etc. (LENIN, 1990, p. 15)

O *revisionismo* na sua forma concreta tem sido materializado nas ações paradoxais dos partidos que, historicamente vinculados, defensores ou orgânicos dos trabalhadores, hoje abandonaram abertamente e sem nenhum constrangimento a luta da classe trabalhadora contra o capital.

Do ponto de vista político, o *revisionismo* ficou conhecido ao longo da história do movimento socialista e comunista internacional como “*oportunismo de esquerda*” por ter assumido a retórica pseudo-revolucionária. Na verdade, esse *oportunismo* historicamente foi / é predisposto à demagogia e à vacilação entre os interesses da classe operária e os interesses do grande capital.

Sintomaticamente muitos foram os *revisionistas* que abandonaram o marxismo e cerraram fileiras com a direita. Hoje, sua palavra e sua ação política são

Sofismas próprios de um renegado e da completa abjuração do marxismo. Suas teses enquanto claros sofismas esvaziavam o marxismo da sua alma revolucionária, à medida que reconhecem “no marxismo *tudo menos* os meios revolucionários de luta, a sua propaganda e a preparação, a educação das massas precisamente nesse sentido. (LENIN, v. 3, 1977, p. 5)

Encimados no legado de Bernstein e Kautski os revisionistas predicam a possibilidade de dois métodos radicalmente diferentes / antagônicos de transformação da sociedade: o democrático e o ditatorial. Esta diferenciação decorre de uma confusão teórica monstruosa, assim como de uma completa renegação do marxismo, que é preciso reconhecer que ultrapassa em muito o mito evolucionário de Bernstein.

A questão da ditadura do proletariado deve ser entendida como “a questão da relação do Estado proletário com o Estado burguês, da democracia proletária com a democracia burguesa”, em não reconhecendo essa relação, preferindo voltar-se para a relação entre o Estado burguês e o absolutismo feudal é como se Kautski, “adormecido, mastigasse um trapo!”. (Idem, p. 7)

Um e outro procuram apresentar os bolcheviques como se eles tivessem horror e pregassem o desprezo pela democracia. Na verdade, ambos colocam a questão tal como os liberais, pois se reportam à democracia em geral e não à democracia burguesa. Sobre isto, diz Lenin: “O nosso charlatão [usa] um palavreado muito agradável à burguesia, porque equivale a adornar a democracia burguesa e a esbater a questão da revolução proletária”. (Idem, p. 8)

Os social-democratas esquecem que a “ditadura do proletariado” cunhada por Marx em 1875 é:

Uma formulação historicamente concreta e cientificamente mais precisa da tarefa do proletariado de ‘quebrar’ a máquina de Estado burguesa, da qual (tarefa) tanto de Marx como de Engels, tendo em conta as experiências das revoluções de 1848 e mais ainda da de 1871, falam de 1852 a 1891, *durante quarenta anos*. (Idem, *ibidem*)

A deturpação implementada por Kautski corresponde, segundo Lenin, no âmbito da filosofia, à substituição do marxismo pelo *ecletismo* e pela *sofística*. Enquanto, no âmbito da política prática, essa ação se reduz a servilismo perante os oportunistas e a burguesia. Para o crítico intransigente os revisionistas progridem passo a passo para rapidamente atingir o virtuosismo na arte de serem, de um lado, marxistas em palavras e, do outro, lacaios da burguesia de fato.

No encalço dos revisionistas, descobre-se como natural para um liberal falar de “democracia” em geral, *pari passu* com o esquecimento da seguinte questão: democracia para que classe? Quanto à Grécia clássica onde predominava a ditadura escravista, também conhecida e pranteada como democracia, pergunta-se: essa ditadura suprimia a democracia *entre* os escravistas? Toda gente sabe que não. Os revisionistas caem no absurdo monstruoso aliado a uma falsidade histórica ao esquecerem-se da luta de classes na velha Grécia.

Se for verdade que a finalidade da ditadura não é refutar a opinião oposta, mas suprimir violentamente sua expressão. Então, os dois métodos, o democrático e o ditatorial, se excluem e se opõem de maneira irreduzível. Um exige discussão, outro a recusa. (KAUTSKY, 1979, p. 4)

Temos aqui uma contradição. Laborando sob o método metafísico, os revisionistas admitem (1) o princípio da identidade, (2) o princípio do isolamento das coisas, (3) o princípio da divisão eterna e intransponível e (4) o princípio da oposição dos contrários. Neste momento nos interessa apenas este último princípio.

Deduz-se da oposição dos contrários que “democracia é democracia e ditadura é a ditadura”, afirmando não nada haver de comum entre elas; ambas são classificadas a parte uma da outra. Vêm a democracia e a ditadura cada uma por si própria, sem perceber as relações que existem entre elas. Considerando a democracia e a ditadura como isoladas, definitivamente diferentes uma da outra, são postas como antípodas entre si. (POLITZER, 1987)

Para o revisionista, encimado no método metafísico, duas coisas opostas não podem coexistir ao mesmo tempo. Ignorando o princípio dialético da contradição, quando se reporta à democracia e à ditadura exige que uma sociedade deva escolher entre uma ou outra: aquela não é esta, esta não é aquela: é necessário escolher, sem o que estamos em face de uma contradição, de um absurdo, de uma impossibilidade.

Para a tradição marxista, a ditadura proletária é, a um tempo, a ditadura do povo e a democracia para a massa dos explorados e, obviamente, ditadura para a burguesia. À transformação da sofística metafísica em afirmação dialética, concreta, verdadeira, ou para transformar o discurso neoliberal sobre a democracia e a ditadura em afirmação marxista é preciso colocar a questão sem esquecer-se de perguntar, ditadura para que classe e contra qual classe e a partir d ela dizer:

A ditadura não significa necessariamente a supressão da democracia para a classe que exerce essa ditadura sobre as outras classes, mas significa necessariamente a supressão (ou uma restrição muito essencial, o que é também uma das formas de supressão) da democracia para a classe sobre a qual ou contra a qual se exerce a ditadura. Mas por mais verdadeira que seja esta afirmação, ela não define a ditadura. A ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido pela violência do proletariado sobre a burguesia, um poder que não está amarrado por nenhuma lei. (LENIN, 1977, v. 3, p. 8)

Prosseguindo, e atendo a sentença seguinte de Lenin, é como se estivéssemos no bojo do diversionismo ideológico, demagógico e eleitoreiro em curso, vejamos:

E esta simples verdade, verdade clara como a luz do dia para qualquer operário consciente (*um representante da massa e não da camada superior e filistina subornada pelos capitalistas*), esta verdade evidente para qualquer representante dos explorados que lutam pela sua libertação, esta verdade indiscutível para qualquer marxista, é preciso “conquistá-la pela guerra”. (Idem, *ibidem*)

Contra as teses dos revisionistas contemporâneos pomos à reflexão as teses abaixo:

Tese 1. Não se pode falar de “democracia pura” enquanto existir *classes sociais* antagonicas, pode-se falar apenas de democracia de *classes*.

Tese 2. Democracia “pura” é uma frase de *ignorante* a revelar uma crassa incompreensão tanto da luta de classes como da essência do Estado, mas também uma fase triplamente

vazia, pois na sociedade comunista a democracia modificando-se e tornando-se um hábito, *extinguir-se-á*, mas nunca será democracia pura.

Tese 3. A democracia burguesa embora sendo um grande avanço progresso histórico em comparação com a Idade Média – sob o capitalismo é estreita, amputada, falsa, hipócrita, um paraíso para os ricos, armadilha e um engano para os pobres.

Tese 4. O parlamento burguês continuará *mais* submetido à Bolsa e aos banqueiros mesmo na *desenvolvida* democracia burguesa. Portanto, apenas “um liberal pode esquecer o *caráter historicamente limitado e relativo* do parlamentarismo burguês.”<sup>3</sup>

Tese 5. No *mais democrático* Estado burguês, os operários e trabalhadores assalariados se deparam a cada passo com uma contradição flagrante entre a igualdade *formal*, que a “democracia” dos capitalistas proclama, e os milhares de limitações e subterfúgios reais que fazem deles *escravos assalariados*.

Não é sem sentido, nem movido por impulso e nem vazado de emoção irracional que Lenin tece o seguinte comentário:

Só um reacionário, um inimigo da classe operária, um laçao da burguesia, pode pintar os encantos da democracia burguesa e palrar acerca da democracia pura, voltando-se para um passado já caduco. A democracia burguesa *foi* progressiva em relação a Idade Média, e era preciso utilizá-la. Mas agora *é insuficiente* para a classe operária. Agora é preciso olhar não para trás, mas para frente, para substituição da democracia burguesa pela democracia *proletária*. (LENIN, 1977, v. 3, p. 28)

Outra característica marcante do *revisionismo* contemporâneo é o implícito social-reformismo, ou seja, a tentativa frustra de substituir com reformas reformistas que não alteram a estrutura, a base econômica do capital, a luta de classes travada para levar a termo as demandas históricas e sociais do movimento proletário.

Os *revisionistas de direito* como os *de esquerda* erguem à condição de universal e à categoria de feito a democracia burguesa, defendendo o capitalismo de cunho estatal-monopolista alugado aos interesses da oligarquia financeira internacional.

Seguindo a crítica antecipada de Marx, apontamos, em primeiro lugar, que na teoria da miséria esquecida ou tergiversada pelos intelectuais em retirada à direita

Os meios sociais de produção e de subsistência se transformaram em capital, num pólo e, no pólo oposto, a massa da população se converteu em assalariados livres, em *pobres que trabalham* essa [é a] obra prima da indústria moderna. Se o dinheiro, segundo Augier, “vem ao mundo com uma mancha natural de sangue numa de suas faces”, o capital, ao surgir, *escorrem-lhe* sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça soa pés. (MARX, l.1, v.2, 1982, p. 879)

Em segundo lugar, a tese do “desenvolvimento sustentável”<sup>4</sup> do capitalismo, está sustentado (1) na redução no número de magnatas capitalistas, (2) no recrudescimento do *imperialismo como etapa superior do capitalismo*. Os revisionistas tergiversam sobre o capitalismo parasitário, moribundo, em estado de putrefação, ignorando a teoria científica do imperialismo elaborada por Lenin que estabelece uma definição completa e rigorosa dessa nova onda bárbara tomando como ponto de partida algumas e pontuais teses (LENIN, v. 1, 1977).

Tese 1. Como decorrência do colossal incremento da indústria e do processo rapidíssimo de concentração da produção em empresas cada vez maiores nasce os monopólios que exercem um papel decisivo na vida econômica dos países capitalistas. A transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista é um dos fenômenos mais importantes da economia capitalista. O monopólio

capitalista ou imperialismo sobre a vida econômica de determinada sociedade tem por corolário a sua onipotência na esfera política.

Observa-se contemporaneamente o suborno exercido sob o aparelho de Estado do qual se servem os capitalistas para enriquecerem cada vez mais. Como lei inexorável do capitalismo monopolista, a concentração de riquezas continua crescendo sem cessar. Neste caso, a análise concreta da realidade concreta revela que a livre competição origina a concentração da produção que, em determinado momento do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Sobre a trilha aberta pelo Marx, Engels e Lenin é possível resumir da seguinte maneira o desenvolvimento do capitalismo monopolista em sua fase imperialista:

Entre 1860 e 1870 ocorre o ponto culminante do desenvolvimento do capitalismo concorrencial ou da livre competição ou concorrência. Após 1873 houve um largo período de implantação e desenvolvimento dos cartéis. No auge do final do século XIX e início do século XX, com a crise de 1900 a 1903, os cartéis se convertem numa das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transforma, então, em imperialismo.

Tese 2. Lenin chamava a atenção para a fusão do capital industrial com o capital bancário e, conseqüentemente, a criação, baseada nessa fusão, da oligarquia financeira. À medida que vão aumentando as operações bancárias concentrando-se cada vez num número reduzido de bancos, eles (os bancos) tornam-se monopolistas onipotentes dispondo de quase todo o capital monetário dos capitalistas, médios e pequenos empresários. Ademais se apropriam da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias primas de muitos países. Dir-se-ia que todo Banco é, no fundo, uma bolsa. Este aforismo moderno é tanto mais preciso quanto maior é o banco, quanto maiores são os êxitos da concentração dos negócios bancários.

Há que dedicar atenção aqui para o que ocorre nos dias de hoje: fusão do capital industrial com o capital bancário e, conseqüentemente, a partir dessa fusão, criação da oligarquia financeira. Neste sentido, à medida que vão aumentando as operações bancárias concentradas em um número cada vez mais reduzido de bancos, de modestos intermediários assume a condição de monopolistas onipotentes. Os bancos passam a dispor de quase todo o capital monetário dos capitalistas e dos médios e pequenos empresários, ainda se apropriam da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias primas de muitos países. Todo Banco é uma bolsa. Este aforismo moderno é tanto mais preciso quanto maior é o banco, quanto maiores são os êxitos da concentração dos negócios bancários.

Tese 3. Como reportava Lenin, o capital financeiro é o capital à disposição dos bancos e colocados ao uso caro dos industriais. Por trás desta definição está um dos aspectos mais importantes do capital financeiro: aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado que conduz ao monopólio irracional. A parte leonina da fusão capital financeiro *versus* capital industrial é o capital especulativo (volátil), concentrado em poucas mãos e a obter um lucro descomunal com o beneplácito do Estado burguês. O imperialismo consolida a dominação da oligarquia financeira e impõe a toda a sociedade um tributo perverso em proveito dos especuladores.

No Brasil, “um país de todos!”, quatro grandes bancos gozam do privilégio do monopólio absoluto sobre o capital especulativo. A maior lucratividade da oligarquia financeira ocorre durante os períodos de recessão, na aquisição de médias e pequenas empresas arruinadas adquiridas por preços baixíssimos, numa operação chamada de “saneamento re-organizacional” ou “reordenação da economia”. A rigor, o saneamento e a reorganização têm uma dupla importância para os bancos como (1) operação lucrativa, (2) ocasião propícia para colocar sob sua dependência essas sociedades necessitadas.

Tese 4. Diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capital adquire importância extraordinária, por ser, exatamente, a característica principal do capitalismo moderno onde impera o monopólio. Essa exportação obedece é o reflexo do desenvolvimento desigual do capitalismo que amadureceu excessivamente no centro carecendo de campo para sua colocação lucrativa, daí sua transferência por empréstimo para a periferia onde países como o Brasil o remuneram com as mais altas taxas de juros do mundo.

Tese 5. O capitalismo para se tornar hegemônico precisava se desenvolver e se aninhar no mundo inteiro, vaticinou Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*. Os poucos grupos monopolistas partilham entre si, primeiramente, o mercado interno, apoderando-se quase que totalmente da produção interna, e, secundariamente, singra os mares, atravessa as planícies e escala as rochosas em sua busca incansável e neurótica por novos mercados e novas taxas de lucro. Sob o capitalismo monopolista imperialista há uma inevitável e estreita relação entre mercado interno e mercado externo, a qual é a marca indelével do capitalismo ou mercado mundializado.

Ignorando o *imperialismo* contemporâneo como etapa derradeira superior do capitalismo, os revisionistas esquecem que a redução draconiana dos direitos trabalhistas além de incrementar a distinção entre as classes sociais e entre os próprios membros da classe operária, impulsiona cada vez mais a força de trabalho para a informalidade do chamado setor de serviços.

A análise de Marx sobre a tendência do capital em intensificar as taxas de exploração sob pressões competitivas é confirmada da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, o declínio da parcela de renda outorgada ao trabalho é diretamente proporcional aos lucros do capital; em segundo, a crescente transformação dos trabalhadores em força de trabalho temporária; enfim, o incremento dos custos da produção social, marcadamente em virtude dos aumentos dos insumos caminha na redução das partes do Orçamento Geral da União destinadas à saúde e da perda dos direitos individuais e coletivos.

Mas os números cantam e seu triste canto demonstra empiricamente a validade do prognóstico da depauperação absoluta do proletariado como resultado do desenvolvimento do capitalismo. Digamos de passagem, o prognóstico formulado por Marx grafado nos *Grundrisse* e n’ *O Capital* é irretorquível.

Ao tratar da *lei geral da acumulação capitalista*, Marx lavra o seguinte comentário numa espécie de contra crítica antecipada aos *revisionistas*:

Todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu

trabalho transformado em tormento; (...) desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital... Infere-se daí que, na medida em que se acumula o capital (diferentemente do que pregam os intelectuais orgânicos da burguesia), tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça a remuneração. (...) A acumulação de miséria, é proporcionada pela acumulação do capital. A acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto constituído pela classe cujo produto vira capital. (MARX, l.1, v. 2, 1982, p. 748-749)

A dialética do imperialismo, ignorada pelos *revisionistas*, demonstra que a diminuição constante do número de *capitalistas* usurpadores das vantagens do processo de inversão da economia, acrescenta-se a massa da miséria, a opressão, a servidão, a degeneração e a extorsão. Não percebem que “o trabalhador assalariado está preso a seu proprietário por fios invisíveis. A ilusão de sua independência se mantém pela mudança contínua dos seus patrões e com a ficção do contrato”. (MARX, 1982, v. 2, p. 667)

Na moderna cidade do capital o caráter inevitável do *revisionismo*, enquanto fenômeno internacional é determinado por suas raízes de classe. O *revisionismo* penetra e toma corpo no âmago da esquerda latino-americana, em primeiro lugar, sob o nome de sindicalismo propositivo e seu parêntese o sindicalismo de resultados; em segundo lugar, proclamando a necessidade de um arco de alianças entre as forças historicamente antagônicas (burguesia e proletariado, capitalistas e trabalhadores assalariados, latifundiários e trabalhadores rurais sem terra) como sendo imprescindível à reconstrução democrática da sociedade.

Contrariando a tese *revisionista* a história recente deste país demonstra que o aliancismo entre trabalhadores, comunistas e socialistas com liberais, capitalistas e mega-empresários não faz mais que “embotar a consciência das massas, não reforçando, mas debilitando o significado real da sua luta”. (LENIN, v. 1, 1977, p. 44)

Assim, quando anuncia o fim do marxismo e da luta de classes, o *revisionismo* não o faz a partir de uma posição imparcial, mas na colaboração objetiva e ativa com a burguesia reafirmando sua luta permanente contra os trabalhadores. E mais ainda, repetem à exaustão aos pés de ouvidos cansados o velho e roto discurso: não há alternativa à política burguesa, é um absurdo colocar em dúvida a eterna dominação do capital, reforçar o capital é o único caminho inteligente.

Os *revisionistas* insones e solertes negam a possibilidade de fundamentar cientificamente o socialismo soviético e demonstrar do ponto de vista da concepção materialista da história a sua necessidade e a sua inevitabilidade. Negam o fenômeno da miséria crescente, da proletarização e da exacerbação das contradições capitalistas. Declaram como inconsistente a própria concepção do *objetivo final*. Rejeitam categórica e peremptoriamente a idéia da necessidade histórica ditadura do proletariado. Negam a oposição de princípios entre o liberalismo e o socialismo, além de negarem a *teoria da luta de classes* por não ser aplicável a uma sociedade democrática como a brasileira, mormente porque governada de acordo com a vontade da maioria etc.. (LENIN, v. 1, 1977, p. 84-85)

Não é de estranhar a crítica oportunista dos *revisionistas* contemporâneas tenha sido feita ao marxismo-leninismo somente após o fracasso do Leste Europeu. Falseando a história, os *revisionistas*

desconhecem não ser o leninismo “uma escola, entre outras, do marxismo teórico, mas sim a expressão da corrente revolucionária na época imperialista”. (AMIN, 1977, p. 131)

Na verdade, Amin apenas repete o que Stalin já tinha adiantado: “o leninismo é a teoria e a tática da revolução proletária em geral, a teoria e a prática da ditadura do proletariado em geral”. (STALIN, s/d., p. 7)

Todavia, é imprescindível retomar as Obras Completas de Lenin, e não apenas partes delas, para compreender que o *leninismo*, malgrado as deformações decorridas da completa incompreensão intelectual dessas obras, não pode ser apreendido como um dogma acabado, uma religião revelada e reveladora no atacado e no varejo.

Do ponto de vista acadêmico e político, o resgate dessas obras radica em que elas estão para além do absoluto silêncio sobre elas praticado pelos *revisionistas* e a apontar o capitalismo como destino inexorável da humanidade. Neste sentido, as críticas *leninistas* demonstram a inadequação do capitalismo moderno às demandas populares, desmascaram a função social dos intelectuais burgueses na manipulação da história e das teorias econômicas para ocultar a hegemonia do imperialismo norte-americano no contexto da mundialização do capital.

A crítica *leninista* é dirigida prioritariamente às cátedras universitárias, à tribuna política do cretinismo parlamentar e às numerosas publicações cultuadas pelas novas gerações, educadas numa tendência que não se desenvolveu e não se formou por sua própria vontade, mas foi transplantada diretamente da velha literatura burguesa.

É fato! O cinismo campeia à solta propondo realizar as demandas do proletariado, *pari passu* com a manutenção do justo lucro dos capitalistas. Mas o que seria realmente justo lucro: 50%, 100% ou 300%?

Justo lucro para a burguesia e extorsão para a classe operária, coloca Marx em nota de rodapé esclarecedora, sinaliza que:

O capital tem horror à ausência de lucro ou ao lucro muito pequeno, como a natureza tem horror ao vácuo. Com lucro adequado, o capital cria coragem. Dez por cento certos, e fica assegurado seu emprego em qualquer parte; com 20%, infla-se de entusiasmo; com 50%, é positivamente audacioso; com 100%, calca a seus pés todas as leis humanas; com 300%, não se detém diante de nenhum crime, mesmo sob o risco da força. Se a turbulência e a cizânia produzem lucros, encorajará a ambas. Prova: contrabando e tráfico de escravos. (MARX, 1982, v. 2, p. 667)

Seriam os capitalistas da metade do século XIX mais avaros que os capitalistas contemporâneos? Ou será que lucro justo é aquele a se aproximar ou se igualar a 300%?

Numa questão Marx está absolutamente correto, quando a cizânia produz lucro, a força do Estado e o crime de luxo organizado não se detêm: cresce o tráfico de humanos vendidos nos prostíbulos do mundo rico, o tráfico de armas e o narcotráfico que, juntos como xipófagos, movimentam bilhões de euros por ano.

Negação do marxismo o *revisionismo* representa a negação e morte do movimento operário e da sua libertação, posto que, para ele cabe à classe operária uma *sábia resignação* ou uma abjeta e boa

negociação por migalhas do “justo lucro”. Diante deste fato e do aliancismo corrente nesta sociedade, nos cabe dizer que a arma científica da classe operária na luta que trava por sua libertação do jugo burguês, o *marxismo-leninismo* se afirma, sobretudo na luta contra as teorias novidadeiras da história, contra a filosofia burguesa e as diversas correntes do *revisionismo* e do *dogmatismo* contemporâneo.

Para Lenin não há “*dogmatismo* onde o critério supremo e único da doutrina é a sua conformidade com o processo real do desenvolvimento sócio-econômico; [e não haver] *sectarismo* quando a tarefa se reduz a contribuir com a organização do proletariado, quando, por conseguinte, o papel da *intelectualidade* se reduz a fazer desnecessários os dirigentes intelectuais de tipo especial”. (LENIN, t. 1, 1981, p. 20)

Faço aqui uma séria consideração acadêmica: a luta contra o *marxismo-leninismo* esconde uma questão ideológica de fundo, a luta contra o comunismo. (LUKÁCS, 1979, p.45)

Neste sentido, sob o *marxismo-leninismo* é possível desreificar o conhecimento; evidenciar o ser humano que o produz como ser social fruto de todas as relações sociais; rejeitar toda e qualquer alusão a uma possível universalização dos conceitos sob a sociedade de classe; refutar o método positivista essencialmente quantitativista e sua pretensão à determinação do que é ou do que deixa de ser científico; apontar a neutralidade do saber técnico, científico e epistemológico, como farsa e forma manhosa de fuga da realidade; demonstrar não existir neutralidade nas Ciências Sociais e na Filosofia.

Encerrando este tópico considero que

Todo mundo reconhece que não há ciência que possa desenvolver-se e prosperar sem a luta de opiniões, sem liberdade de crítica. Porém esta regra universalmente reconhecida é ignorada e pisoteada sem contemplações. Formou-se um grupo fechado que se pondo a salvo de toda possível crítica, estabelece como lei, a reger as ciências, seus caprichos e arbitrariedades. (STALIN, 1978, p. 555)

Como sentencia o filósofo Roland Corbisier:

A nós modestos intelectuais, que lutamos ingloriamente pela lucidez e pela consciência, em meio, à alienação e aos mais dolorosos e dramáticos equívocos, nesta fase noturna, na qual está submersa a sociedade brasileira em que pensar, tentar refletir, ou dizer, ainda é um delito punido com o martírio da difamação velada, o que quer nos dizer a rigorosa “acácia delirante”, a nós que nos obstinamos em manter acesa a débil chama do espírito rebelde, insurrecto, neste mundo dominado pela injustiça, pela violência, pela prepotência e arrogância do imperialismo? (CORBISIER, 1967, p.193)

O *revisionismo* enquanto paradigma político ofusca a compreensão sobre o bosque, ao privilegiar as árvores. Nesta metáfora ecológica os *revisionistas* surgem carentes de razão e perpassados por uma reacionária concepção de mundo e de ciência, se erguem à condição de arautos da ocultação da causa das contradições sociais que atormentam a maior parte da população brasileira.

Na contramão dos *revisionistas*, opino que o caráter polêmico não retira nada a cientificidade. O conhecimento alimenta-se da ironia e da contestação. As lutas teóricas o impede de estagnar. Sem a luta entre as concepções de mundo ou os mais diversos métodos não chegaremos a uma concepção do real e do possível.

A fusão da ignorância sobre o *marxismo-leninismo* com a parva fraseologia e com as insensatas alegrias do truão acadêmico, constitui um dos traços mais salientes do estilo *revisionista* dos críticos do *marxismo-leninismo*. E tal como aponta Lenin,

Aqueles que tentam resolver os problemas da transição do capitalismo para o socialismo com generalidades sobre a liberdade, a igualdade, a democracia em geral, a igualdade da democracia do trabalho etc., apenas revelam desta maneira a sua natureza de pequenos burgueses, de filisteus, de espíritos mesquinhos, que se arrastam servilmente atrás da burguesia no plano ideológico. (LENIN, v. 3, 1977, p. 151)

Só a ilusão do truão e o oportunismo tácito do intelectual da esquerda orgânica do capital podem afirmar que sob a educação escolar burguesa as novas gerações de filhos e filhas do proletariado e dos trabalhadores assalariados poderão construir a consciência de classe, consciência revolucionária. Além de firmeza do caráter, perspicácia elevada e horizonte político amplo para ter a possibilidade de decidir *numa só votação*, e a prescindir de uma longa experiência de luta pela necessidade real de construção do socialismo.

Minha crença racional e apaixonada quanto ao papel político da classe operária e trabalhadores assalariados, bem como sobre a função histórica da “parteira da história”, a *revolução*, me leva a caminhar na luta pelo comunismo, ainda que a cometer pequenos deslizos. Todavia, de uma coisa estamos convictos sem revolução apenas a barbárie!

### ***Sobre a revolução***

A relação reforma *versus* revolução deve ser vista no bojo da totalidade da obra de Marx, cuja carga semântica do termo se modifica através do tempo. A compreensão do verbete usado em 1844 e em 1847 nos permite constatar não sua modificação, mas uma **profunda concretização histórica** enriquecida, primeiro, pela crítica ao reformismo e segundo, pelo desenvolvimento do próprio capitalismo. Aprofundamento e enriquecimento que não iriam cessar no longo itinerário seguido por Marx que, certamente, iria conduzi-lo, nos anos 40 do século XIX, à determinação da revolução como categoria histórica.

A revolução em Marx longe de ser um simples conceito ou noção “política” exprime uma modalidade específica de objetivação do ser social historicamente determinado pela ordem burguesa.

Para Marx revolução é o processo pelo qual o *proletariado* subverte a ordem burguesa e instaura o socialismo – etapa de transição à sociedade comunista (da idealidade à condensação de tendências políticas operantes).

Neste caso, o primeiro passo é a tomada do poder econômico, *pari passu* com a tomada do poder de Estado. Assentados no poder de Estado os operários e os trabalhadores assalariados tratarão de *suprimir* a propriedade privada dos meios de produção, posta como *condictio sine qua non* da eliminação da extorsão da força de trabalho.

A revolução socialista, cuja vanguarda cabe ao proletariado, deverá tratar de abolir as classes e apagar a burguesia do poder político, suprimindo os antagonismos sociais. As *contradições* (distintas dos

*antagonismos*) continuarão, contudo, operando e demandando soluções. Convém apontar que a análise teórica de Marx revela a *questão social* como *insolúvel* nos marcos da ordem burguesa. Neste caso, a transformação do proletariado em classe dominante será o primeiro passo da revolução.

Como advertia Marx:

A emancipação da classe oprimida implica, pois, necessariamente a criação de uma nova sociedade. (...) A condição da emancipação da classe operária é a abolição de todas as classes, do mesmo modo que a condição de emancipação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados de todas as ordens (MARX, 1979, p. 142)

Essa é a palavra de ordem da revolução é: “Lutar ou morrer, a luta sangrenta ou nada. É o dilema inexorável” (SAND Jorge *in* MARX, 1979, p. 143).

### ***Revolução não é blanquismo***

Em 1847, a categoria revolução já está documentada no *Manifesto*, onde seus autores afirmam que os objetivos dos comunistas “só podem ser alcançados pela **transformação violenta** de toda a ordem social até hoje existente” (MARX e ENGELS, t. 1, 1986, p.123). (Os **negritos** são meus)

A análise concreta da realidade concreta revela à Marx a necessidade da “revolução permanente”. Se Marx reduzisse a revolução à forma insurrecional, seguramente sua *teoria da revolução* não resistiria à prova histórica do tempo. O que se delineia como índice definidor da revolução, na concepção de Marx é a com a propriedade privada dos meios de produção, ou seja, a supressão da propriedade privada dos meios de produção.

Na evolução do seu pensamento, uma *invariante* é nele constatável: a edificação de um novo modo de produção da existência, o comunismo, passa necessariamente pela abolição da propriedade privada dos meios de produção.

A leitura atenta das propostas elaboradas por Marx como programática da revolução socialista, desde os *Manuscritos de 1844*, reforça a tese que sua pedra-de-toque é a **eliminação** da propriedade privada dos meios de produção, passando pelo Manifesto e culminando nas páginas finais d’O capital.

Convém registrar que a categoria revolução, ao olhar dos intelectuais burgueses, é o bastante flexível para compreender os processos que extrapolam as formas insurrecionais, ou seja, que respaldam o reformismo e o aliancismo. Todavia, Marx, ao recusar de plano o reformismo, não deixou de avaliar como progressistas, para a classe operária, algumas reformas introduzidas na vida social.

### ***A revolução como método***

Prosseguindo, eu diria que para o marxismo a revolução, método histórico de apropriação do poder instaurado pela burguesia jacobina em 1789, ainda hoje permanece como caminho para apagar do poder sobre os meios de produção da existência, demolição do mando da classe dominante, anulação total da sociedade de classes e edificação da sociedade comunista.

Convém registrar que na defesa dos seus interesses e para a execução dos seus objetivos as classes dominantes ao longo da história da humanidade criaram organizações políticas repressivas e ideológicas. A classe dominante do momento, para permanecer na posse dos meios de produção, se apóia nas suas organizações para salvaguardar seus privilégios e impôr suas idéias (ideologia) a toda a sociedade.

Por seu turno a classe social dominada e extorquida utilizando a força das suas parcas organizações política e sindical tenta modificar a ordem existente e liquidar o processo de exploração Ao qual está ativamente submetido. As classes sociais fundamentais das sociedades classistas, suas organizações, interesses e objetivos, representam por caminhos diversos, grosso modo divergentes, a marcha da história dessas sociedades, do escravagismo ao capitalismo.

Como se disse anteriormente as classes sociais fundamentais da cidade do capital são apenas duas e a comportarem frações de classe. Assim, de um lado está a classe dominante exploradora e, do outro lado, está a classe dominada explorada e extorquida.

Nesta relação dialética entre o pólo positivo da contradição – a burguesia exploradora – e o pólo negativo dessa mesma contradição – o proletariado extorquido – satisfeita com sua situação a classe exploradora representa

O progresso social sob a forma de uma evolução desenrolando-se pacificamente, de quanto em quando perturbada pelas massas “desordeiras” e ignorantes, capazes de irem até inesperados “cataclismo sangrentos anti-sociais”, chamados revoluções. (KOVALHOV, 1975, p. 288)

Noutro flanco da contradição dialética estão os operários vendo a revolução como sucedâneo radicalizado da greve geral, ou seja, como saída natural da insatisfação crescente, considerando “a revolução como o tempo e o juízo “supremo” e do ajuste de contas”. (Idem, p. 287)

Historicamente a revolução continua a ser companheira da vida, natural e inevitável, da sociedade baseada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem. Pela sua essência a *revolução* é o modo natural da resolução dos antagonismos sociais e políticos, é um movimento social radial que assegura a transição da sociedade de classes para a sociedade constituindo-se na eliminação das classes sociais em geral, ou seja, transição de um modo de produção da existência autoritário e anacrônico para outro democrático e mais desenvolvido.

É pela revolução, como adianta Marx, que “um povo destrói a grande propriedade e divide-a; dá, assim, com esta nova distribuição, um novo caráter à produção”. (MARX, 1983, p. 214)

O significado histórico da *revolução socialista* consiste precisamente em que ela abole a forma de propriedade caduca, além de demolir as relações de produção dominantes que travam o desenvolvimento social favorável à classe operária. Anote-se que o movimento de transição revolucionária do modo de produção hegemônico para outro modo produção estribado na produção e na apropriação coletivas, não se dará ao mesmo tempo em todas as sociedades-Nações e nem em todo lado com a mesma intensidade.

As revoluções ao longo da história da humanidade foram feitas por homens e mulheres reunidos em classes e enquanto forças sociais que impulsionam à frente a moderna revolução. Neste sentido, são as classes e os grupos sociais que compõe a sociedade as forças motrizes do processo revolucionário. Acrescente-se a isto que a questão principal de toda e qualquer revolução é a tomada do poder político.

Abolir as relações de produção caducas é possível e desejável somente quando liquidada a antiga forma de propriedade, vencido o poder político que a conserva e apagado da consciência social os preconceitos que consagram a exploração do homem pelo homem.

A revolução constitui o paroxismo da luta de classe contra classe, luta entre forças progressistas e reacionárias, é a apoteose quando os antagonismos amontoados no transcurso da marcha do desenvolvimento econômico e social do modo de produção capitalista são resolvidos pela demolição do poder da burguesia e consolidação do novo modo de produção, do poder do proletariado.

As forças motoras da revolução proletária, a classe operária, o campesinato pobre e as camadas não proletárias de trabalhadores assalariados, explorados e oprimidos em geral pela burguesia, são os interessados diretos na completa supressão da exploração do homem pelo homem, e da mulher pelo homem.

Não se deve perder de vista que a questão central das revoluções na história do modo de produção capitalista é a luta pelo poder, poder da classe operária, ou seja, consolidação e fortalecimento da ditadura do proletariado cuja tarefa principal é liquidar a exploração do homem pelo homem e construir o socialismo – primeira etapa do modo de produção comunista.

Contudo, uma revolução não poderá ser compreendida fora da reestruturação moral da sociedade e do homem acarretada por ela. A moral comunista, moral do novo modo de produção, sustentáculo de novas relações sociais, fraternas e igualitárias, “supera a contradição intrínseca” à cidade do capital ou “a história anterior da moral entre o egoísmo<sup>5</sup> e o altruísmo<sup>6</sup>, entre o ascetismo<sup>7</sup> e o hedonismo<sup>8</sup>” (TITARENKO, 1982, p. 42)

A teoria marxiana sobre a relação entre a base econômica e a superestrutura é o fundamento teórico e metodológico para escolher-se a política e a ideologia revolucionária que devem ser adotadas a realidade concreta nas condições da crise do capitalismo e da necessidade de estabelecer-se um novo modo de produção historicamente humana, ou seja, de feição socialista e comunista.

Nesta quadra, a análise materialista dialética e histórica, marxista, do conjunto de contradições, alterações e mudanças no modo de produção capitalista e nas relações de produção, na sua estrutura social e na economia é uma premissa indispensável para reelaborar a política e a ideologia que para que correspondam ao máximo às tarefas revolucionárias propostas. (ZAMÓSHIKINE, SOLOVIOV e MOTROSCHÍLOVA, 1982)

A política e a ideologia que permeia a revolução devem corresponder de forma concentrada aos anseios e demandas da classe operária: um processo econômico a incluir relações de produção, estruturas e mecanismos que assegurem objetivamente o pleno desenvolvimento individual e coletivo de todos os trabalhadores.

Não é errado continuar dizendo que os falsificadores do marxismo, os revisionistas e reformistas de todos os tipos e de todas as épocas tentaram e tentam deturpar o sentido dialético do marxismo sobre a relação infra-estrutura e superestrutura. Para eles isto seria estruturalismo.

Convém reportar que, *en passant* o estruturalismo é abordagem analítica a estudar e definir os acontecimentos sociais a partir da noção de estrutura. No terceiro quartel do século XX o estruturalismo, originado na teoria saussuriana de estrutura e de sistema, assumiu posição de destaque ou apenas conquistou influente posição noutras áreas do conhecimento filosófico e científico, foi assim com a antropologia, a filosofia, a sociologia e a economia.

O estruturalismo também foi enfocado como teoria segundo a qual o estudo dos fatos sociais ou fenômenos humanos deveria tomar por base, especialmente as estruturas: econômica, jurídica, política e ideológica.

Os revisionistas do passado e do presente procuram desqualificar o marxismo atribuindo-lhe a pecha de estruturalismo. Este fato *de per se* seria a negação da dialética. Em outras palavras, os “marxólogos” e revisionistas burgueses substituem a teoria marxiana por um esquema artificial e alheio por completo ao materialismo dialético e histórico, chamado “determinismo econômico”. Neste caso, todas as manifestações e ocorrências jurídicas, políticas e ideológicas são determinados ou, simplesmente reduzidos à economia, ou seja, a infra-estrutura, a base, determina a superestrutura.

Negam de forma peremptória a autonomia e a importância histórica dos fenômenos jurídicos, políticos e ideológicos no processo de desenvolvimento e transformação revolucionária qualitativa e quantitativa da sociedade, isto é, negam a sua participação na construção doutro modo de produção. O que seria uma decorrência do exacerbado desenvolvimento das forças produtivas.

Tal fato é absolutamente estranho à teoria marxista-leninista que sempre se manifestou contrária ao mecanicismo de qualquer tipo e aos determinismos sociológicos e economicistas na análise e interpretação dos fenômenos da vida social e na interligação entre a economia e a política. Lenin, ao abordar a *política, a economia, a dialética e a economia* reporta-se da seguinte forma:

A política é a expressão concentrada da economia, repeti eu no meu discurso, porque já tinha ouvido anteriormente essa censura, absurda e completamente inadmissível na boca dum marxista à minha abordagem “política”. A política não pode deixar de ter a primazia sobre a economia. “Raciocinar doutro modo significa esquecer o á-bê-cê do marxismo”. (LENIN, v.3, 1979, p. 443)

Na tradição marxista o estudo da interdependência base econômica e superestrutura não anula ou não acarreta a negação do papel histórico ativo e importante das estruturas jurídicas, políticas e ideológicas, permite compreender, por exemplo, que as ações revolucionárias são estimuladas pela por formas ideológicas desenvolvidas no intestino do modo capitalista de produção e não fora dele como espera o senso comum.

Para encerra, eu diria que os revisionistas de todas as cores falsificam o marxismo quando a ele atribuem a negação total da autonomia e ação da superestrutura no sentido de revolucionar a base econômica. Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária.

Destarte, a teoria revolucionária é indispensável à *revolução socialista* inclusive para ser compreendida como histórica e socialmente imprescindível porque a classe que provoca a queda da

burguesia só pode alcançar os objetivos de se desfazer de toda a velha porcaria, assumir uma nova função social e principiar a edificação da sociedade comunista, uma *revolução*. (MARX e ENGELS, 1979)

A organização da *prática revolucionária* deve estar focada na educação como conteúdo e necessidade histórica e principal tarefa da classe operária, pois apenas na e pela prática revolucionária se pode educar os homens e mulheres de amanhã.

Um lembrete. O marxismo é um método de pensamento, uma teoria do conhecimento, uma filosofia e uma linha de ação que se propõe superar as contradições do real, que as teorias novidadeiras como as velhas doutrinas do conhecimento, guardiãs do acervo anacrônico, se limitam a interpretar.

O marxismo está estreitamente unido à realidade, em sua essência genésica, porque nasce da realidade e do esforço dos homens para conquistá-la. O marxismo restabelece a relação da teoria com a prática, ainda que a antiga lógica tente impedir a compreensão dessa relação incontornável. Ele revela a face partidária da filosofia na luta política, devolve à inteligência sua verdadeira função original de organizadora da conduta humana para erradicar os estreitos limites da sociedade burguesa entre os quais os trabalhadores e trabalhadoras se encontram desumanizados.

A prática revolucionária deve ser enfocada na educação como conteúdo e necessidade histórica e/ou principal tarefa da classe operária, pois apenas na prática revolucionária se educam os homens e as mulheres livres de amanhã.

A mediação entre o homem “animalizado” ou a “animalizar-se” e a sua real humanização – que, a meu juízo, corresponde à cidadania plena, ao contrário da “cidadania” parcelarizada observada nas sociedades capitalistas - é feita, não pelo “trabalho”, mas pela *revolução*, pela expropriação dos expropriadores, pela ditadura do proletariado, bases à edificação da sociedade comunista.

A *revolução* representa “a derrocada do estado de sociedade existente; a superação da propriedade privada; então a libertação de cada indivíduo singular é alcançada na mesma medida em que a história transforma-se completamente em história mundial”. (MARX e ENGELS, 1979, p. 54) No entanto, essa *subversão total* ou *revolução* não pode prescindir dos seguintes elementos materiais historicamente construídos ou em construção,

De um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolte, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria “produção da vida” vigente, contra a “atividade total” sobre a qual se baseia. (MARX e ENGELS, 1979, p. 57)

Pouco importa a pregação e a proclamação da idéia da *revolução* como parteira da história se os “elementos materiais não existem”. A rigor, “determinadas condições de existência”, como as observadas no Brasil dos anos 90 (fome, miséria, brutalidade máxima e explícita, pilantragem e gatunagem *in extremis*, etc.), não podem ser consideradas como anormalidades não-modificáveis, perenes, imutáveis, eternas.

Felizmente, milhões de proletários e a ortodoxia marxista-leninista pensam de “modo literalmente diferente e provarão isto no devido tempo, quando puserem seu “ser” em harmonia com sua “essência” de uma maneira prática, através de uma *revolução*”. (MARX e ENGELS, 1979, p. 63)

Ainda hoje,

Para os *comunistas*, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar, praticamente, o estado de coisas que ele encontrou. [Até porque]... as coisas foram tão longe que os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente de forças produtivas, não só para alcançar a auto-atividade, mas tão-somente para assegurar sua existência. (MARX e ENGELS, 1979, p. 105)

Essa apropriação, pelos proletários, na qual parte do que foi expropriado/apropriado deve ser subsumida a cada indivíduo, e a propriedade de todos,

Só pode ser realizada (...) através de uma *revolução* que, de um lado, derrube o poder do modo de produção e de intercâmbio anterior e da estrutura social, e que desenvolva de outro lado, o caráter universal e a energia do proletariado necessária para a realização da apropriação. (MARX e ENGELS, 1979, p. 106)

Marx compreende como necessário a criação em massa de uma *consciência comunista*, naturalmente, oriunda da transformação em larga escala dos homens e mulheres. Essa

Transformação só se pode operar por um movimento prático, por uma *revolução*; esta revolução é necessária, entretanto, não por ser o *único meio* de derrubar a classe dominante, mas também porque apenas uma revolução permitirá a classe que *derruba a outra* varrer toda a podridão do velho sistema e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre bases novas. (MARX e ENGELS, 1979, p. 109)

Refletindo sobre a afirmação de que apenas a *revolução* possibilita “varrer toda a podridão do velho sistema”, consideramos a necessidade da revolução como instrumento único ao desmonte das quadrilhas que controlam a economia, a política e, obviamente, as Universidades Públicas deste país. Discursos em contrário são prédicas, extemporâneas e reacionárias à espera que “a terra faça-se céu e o céu se faça terra, então, brilharão, em meio a celestes harmonias, a alegria e a felicidade por toda a eternidade”. (Idem, *ibidem*)

É a *revolução* a porta de acesso à construção de uma sociedade sobre novas bases, a sociedade comunista distingue-se de todas as outras por ser “precisamente a base real para tornar impossível tudo o que existe independentemente dos indivíduos, na medida em que o existente nada mais é do que o produto do intercâmbio anterior dos próprios indivíduos”. (MARX e ENGELS, 1979, p. 110)

É a *revolução* e não o trabalho o fator de mediação entre o indivíduo e a coletividade, porque a condição de existência do proletário sob o trabalho é sacrificada desde a juventude conduzindo-o a patamares de desumanização crescente; é a *revolução* e não o trabalho o instrumental capaz de fazer o proletariado acessar por livre escolha o acervo cultural produzido e acumulado historicamente, sem o qual a humanização do *Homo* e, obviamente, a construção da cidadania plena não são mais do que categorias discursivas, vazias, engodo retórico, perorata de revisionistas e oportunistas inescrupulosos.

Temos bem claro a revolução como imprescindível a derrota do capitalismo, por isto, precisamos que a escola, a *politécnica*, encimada na tese defendida por Marx na Assembléia de 1864 da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT, na qual se combinava a educação para o trabalho (*trabalho braçal*), a educação intelectual (*trabalho intelectual*) e a educação física. (MARX e ENGELS, t.17, 1987)

Lenin insistia com os bolcheviques para uma questão bastante palpável: o peso terrível da *tradição* burguesa e, em particular, da ideologia pequeno-burguesa no seio da nova sociedade em construção e, naturalmente, no Partido Comunista.

Na perspectiva leninista, é uma necessidade do proletariado tomar o poder de Estado para garantir, simplesmente, o futuro da sua ditadura imprescindível à passagem do capitalismo para o socialismo. Revolucionar o “Aparelho Ideológico de Estado escolar” (como os demais) transformado em “peça” estratégica da dominação de classe do proletariado era o mote posto por Lenin.

### ***À maneira de conclusão***

Quase ao final deste texto, tenho o seguinte a dizer: a educação no Brasil “deve ensinar a modéstia, a política e a guerra” (SAINT-JUST, 1989, p. 65).

Parafrazeando esse insigne revolucionário francês, um jacobino de escol, eu diria que não se pode esquecer que em 1789, na Declaração de Direitos do Homem, artigo II, estava escrito como imprescritíveis os seguintes direitos homem: “o direito à liberdade, à propriedade, a segurança e a resistência a opressão” (Idem, *ibidem*).

A moderna educação brasileira, reflexo do tipo de sociedade que a criou, negando os valores revolucionários republicanos tem uma função negativa, embora paradoxal:

Primeiro, reafirma e escamoteia a negação da liberdade, ratifica a privatização da propriedade e justifica a criminalização da resistência a opressão política e econômica.

Segundo, lustra os costumes das novas gerações e as estraga, embelezando-as torna-as dissimuladas, depravando-as e viciando-as procura ulteriormente esconde-las.

Terceiro, estimula a geração de tristes inclinações que pervertem os costumes e geram atos sociais delituosos que tanto atormentam as leis e a própria sociedade que hipocritamente se horroriza, se escandaliza.

Como lembrava Saint-Just: “Quando todos os homens forem livres, eles serão iguais; quando eles forem iguais, serão justos. O que é honesto caminha por si mesmo” (Idem, p. 151).

Destarte, a formação de consciências críticas é necessária à construção de uma nova ordem social, política e econômica, tal como a superação das concepções religiosas e autoritárias e do domínio da burguesia. Neste caso, a crítica ácida aos fundamentos da imaterialidade nos quais o homem se nega a si próprio e à sua independência, e a crítica desta ordem social que, ao logo dos anos, vem forçando a classe operária a renunciar a uma vida digna e a subordinar-se ao poder do capital; são os aspectos incontornáveis da trajetória de luta para alcançarmos a emancipação real de todos os homens e mulheres.

Sob este prisma de análise a escola deve ser colocada como questão relevante aos intelectuais que ainda acreditam na “utopia” *comunista*. Assim, a educação é indissociável da transformação social. A dialética materialista, como visão do processo histórico nos seus movimentos contraditórios, coloca-nos o problema da libertação da consciência da classe operária dos elementos místicos, míticos e alegóricos tem

se configurado como um problema ligado, necessariamente, a derrubada da ordem social que oprime, explora e/ou extorpe o proletariado e os trabalhadores assalariados.

Cabe-nos dizer, que o intelectual marxista para ser útil ao proletariado e aos trabalhadores assalariados, deve saber distinguir os casos “concretos” de compromissos que são, à luz da razão, a mais pura e inadmissível expressão do oportunismo ou do “alpinismo social” e contra tais atitudes compromissos “concretos” toda a força da crítica em o propósito do desmascaramento implacável, daqueles que inventam para os operários e trabalhadores assalariados receitas que apresentam soluções adequadas para todas as circunstâncias e demandas individuais e coletivas.

Essas soluções não se encontram na revolução *socialista* mas na conspirata *à la blanquismo* de intelectuais pequenos burgueses, teoria da conspiração levada a cabo por um grupo através da qual a sociedade se emancipa, se liberta da escravidão assalariada não por intermédio da luta de classes dos obreiros – operários e trabalhadores assalariados – mas por meio de um *complot* da minoria de iluminados jacobinos sem *guillotine*. (LENIN, s/d. p. 21)

A suposta crise do marxismo nos obriga, em primeiro lugar, redobrar atenção sobre a obra de Marx, pois as teorias hegemônicas negam à tendência revolucionária o direito de existência e condenam-na inevitavelmente, tarde ou cedo; à bancarrota política; em segundo lugar, adotar de modo resolutivo uma posição rigorosamente determinada na luta da classe operária contra a dominação capitalista.

A construção do futuro exige de nós máxima atenção à luta da classe operária em desenvolvimento, a qual, à medida que o movimento se expande, cresce a consciência dessa luta, as crises do capitalismo se tornam cada vez mais agudas e mais freqüentes, táticas, meios ou procedimentos novos e diversificados de defesa e ataque são engendrados.

Enfim, *aprendemos*, se assim se pode dizer, com a prática das massas operárias e trabalhadoras, longe de pretender *ensiná-las* as engessadas formas de luta, tal como fazem os “revolucionários” de gabinete. Mas, hoje, ano de 2010, só vejo no Brasil, politicastro, soldados, tribunais, sentinelas, juízes e promotores: onde estão, pois, os homens livres? (SAINT-JUST *dixit!*)

### Referências

- AMIN, S. *A lei do valor e o materialismo histórico*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CORBISIER, R. *Filosofia e Crítica Radical*. São Paulo: Duas Cidades, 1967.
- KAUTSKY, K. *A ditadura do proletariado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- KOVALHOV, S. M. *Materialismo dialético e histórico*. Amadora (Pt): Novo Curso, 1975.
- LENIN, V. I. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Obras escolhidas em três volumes, v. 3. Lisboa: Avante! / Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *As eleições para a assembléia constituinte*. Obras escolhidas em três volumes, v. 3. Lisboa: Avante! / Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *Contra el dogmatismo y el sectarismo en el movimiento obrero*. Moscú: Editorial Progreso, s.d.
- LENIN, V. I. *Mais uma vez sobre os sindicatos, o momento atual e os erros dos camaradas Trótski e Bukhárine*. Obras Escolhidas em três volumes, v.3. Lisboa: “Avante!” / Moscou: Progresso, 1979.

- LENIN, V. I. *Marxismo e revisionismo*. Obras escolhidas em três volumes, v. 1. Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Obras Escolhidas em três volumes, v. 1. Lisboa: Avante! / Moscou: Progresso, 1977
- LENIN, V. I. Obras completas em cinquenta e cinco tomos, t. 18. 5ª Edição. Moscou: Progresso, 1983.
- LENIN, V. I. Obras escolhidas em três tomos, t.1. Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *A revolução e o renegado Kautsky*. Obras escolhidas em três tomos, t.3. Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *As eleições para a assembleia constituinte*. Obras escolhidas em três tomos, t.3. Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *Que fazer?* Obras Escolhidas em três volumes, v. 1. Lisboa: Avante! / Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *Uma grande iniciativa*. Obras escolhidas em três volumes, v.3. Lisboa: Avante! / Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra os social-democratas*. Obras completas em cinquenta e cinco tomos, t. 1. 5ª Edição. Progresso, 1981.
- LENIN, V. I. *Quem muito corre logo para*. Obras completas em cinquenta e cinco tomos, t. 25. 5ª Edição. Moscou: Progresso, 1984.
- LENIN, V. I. *As vicissitudes históricas da doutrina de Karl Marx*. Obras completas em cinquenta e cinco tomos, t. 23. 5ª Edição. Moscou: Progresso 1984.
- LENIN, V. I. *As tarefas do proletariado na nossa revolução*. Obras completas em cinquenta e cinco tomos, t. 31. 5ª Edição. Moscou: Progresso, 1985.
- LENIN, V. I. *Materialismo e empiriocriticismo*. São Paulo: Mandacaru, 1990.
- LUKÁCS, G. *Existencialismo ou Marxismo?* São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *Carta a Weydemeyer*. In MARX, K. y ENGELS, F. Obras Escolhidas em três tomos, t. II. Moscou: Progresso, 1966.
- MARX, K. *Miséria da filosofia*. Moscou: Progresso, 1979.
- MARX, K. *O Capital, livro 1, v.2 - o processo de produção do capital*. São Paulo: Difel, 1982.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos – filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MARX, K. *Textos filosóficos*. São Paulo: Mandacaru, 1990.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã I – Feuerbach*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Obras escolhidas em três tomos, t.1. Moscou: Progresso, 1986.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Fundamentais*, t.17. México: Fundo de Cultura Econômica, 1987.
- MARX, K. *Glosas críticas ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social – por um prussiano”*. In MARX, C. e ENGELS, F. *Obras Fundamentais*, t.1. México: Fundo de Cultura Econômica, 1987.
- POLITZER, G. *Princípios elementares de filosofia*. São Paulo, Editora Moraes, 1987.
- POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SAINT-JUST, L. A. de *O espírito da revolução*. São Paulo: Editora UNESP, 1989.
- STALIN, J. *Obras*. Tirana: 1978.
- STALIN, J. *Os fundamentos do leninismo*. São Paulo: Global, s/d.

STUCKA, P. I. *Direito e luta de classes* (teoria geral do direito). São Paulo, Acadêmica, 1968.

TITARENKO, A. I. *Fundamentos da ética marxista-leninista*. Moscou: Progresso, 1982.

ZAMÓSHIKINE, I. SOLOVIOV, E. e MOTROSCHÍLOVA, N. *A filosofia e o processo revolucionário*. Moscou: Progresso, 1982.

### Notas:

- <sup>1</sup> Professor Associado Doutor do Departamento de Desportos do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação / UEL. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Trabalho e Educação / HISTEDBR.
- <sup>2</sup> O bar é o único lugar possível onde todos os iguais, os oprimidos e os excluídos; os desqualificados ou os *ninguéns* se reúnem contando mentiras para poder suportar a perversidade das reformas capitalistas praticados por um Presidente demagogicamente “cego”, um Parlamento irresponsavelmente mudo e uma “esquerda” que deletéria apenas lamenta.
- <sup>3</sup> Sobre a questão do parlamentarismo, para Lenin a participação dos comunistas no parlamento burguês era “necessário ao partido do proletariado revolucionário para o esclarecimento das massas, que é alcançado pelas eleições e pela luta dos partidos no parlamento. Mas limitar a luta de classes à luta dentro do parlamento ou considerar esta última como a forma superior e decisiva que subordina todas as outras formas de luta, significa passar de fato para o lado da burguesia contra o proletariado” (LENIN, v. 3, 1977, p. 241).
- <sup>4</sup> Um pleonasmos, pois desenvolvimento implica, necessariamente, ser sustentável, senão vejamos, desenvolvimento é a ação ou efeito de (1) desenvolver (-se), (2) aumento da capacidade ou das possibilidades de algo, (3) crescimento, (4) progresso, (5) adiantamento. Em economês trata-se do crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade etc. Enquanto desenvolver significa aumentar a capacidade ou possibilidade de, conduzir ou caminhar para um estágio mais avançado ou eficaz, fazer progredir etc.
- <sup>5</sup> *Egoísmo* é o amor exagerado aos próprios valores e interesses a despeito dos de outrem; é o exclusivismo que leva uma pessoa a se tomar como referência a tudo; excessiva vaidade, pretensão, orgulho, presunção; em linguagem filosófica, egoísmo é a paixão humana fundamental, que consiste na submissão do dever ao interesse particular, em detrimento da obediência à lei moral. É ainda a atitude social adquirida / aprendida cujo princípio central e móvel fundamental da ação moral é a defesa dos próprios interesses.
- <sup>6</sup> *Altruísmo* é tendência ou inclinação de natureza instintiva que incita o ser humano à preocupação com o outro e que, não obstante sua atuação espontânea deve ser aprimorada pela educação, evitando-se assim a ação antagonista dos instintos naturais do egoísmo. Amor desinteressado ao próximo, abnegação.
- <sup>7</sup> *Ascetismo*, em linguagem filosófica, é a doutrina que considera a *avese*, isto é, a disciplina e autocontrole estritos do corpo e do espírito, como caminho imprescindível em direção a descoberta da verdade ou da virtude.
- <sup>8</sup> *Hedonismo* é cada uma das doutrinas que concordam na determinação do prazer como o bem supremo, finalidade e fundamento da vida moral, embora se afastem, não queiram ou não saibam explicitar o conteúdo e as características da plena fruição, assim como os meios para obtê-la. É ainda dedicação ao prazer dos sentidos, fundamento de todos os prazeres espirituais. Para Epicuro era a busca de prazeres moderados, únicos que expurgam os sofrimentos indesejados, quer dizer, o comportamento humano é motivado pelo desejo de prazer e para evitar o que causa dor e desprazer.